

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.243 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2001

REBELIÃO NOS PRESÍDIOS

Para Jader, "a segurança se transformou num desafio"



Jader defende mutirão para a segurança pública

"A questão não é estadual nem federal, é nacional", diz o presidente do Senado, ao propor uma ação conjunta dos três Poderes em busca de soluções

A participação dos três Poderes em um mutirão em busca de soluções para o problema da segurança pública foi defendida ontem pelo presidente do Senado, Jader Barbalho. Ele deverá abordar o assunto no encontro que terá hoje pela manhã com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Jader, na rebelião múltipla ocorrida domingo em São Paulo "ficou claro que o aparelho policial perdeu". Agora, acredita, "o importante não é buscar culpados, e sim encontrar soluções", o que exige participação de todos os níveis da administração pública e mais investimentos.

PÁGINA 2



Mozarildo Cavalcanti manifesta preocupação com a atuação das ONGs

SENADO CRIA CPI PARA INVESTIGAR ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Requerimento de Mozarildo Cavalcanti, apoiado por 43 senadores, leva à criação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar "a interferência de organizações não-governamentais (ONGs) em questões indígenas, ambientais e de segurança nacional".

PÁGINA 5



Heloísa Helena cobra implementação do Plano Nacional de Segurança



Jefferson Péres sugeriu a Jader Barbalho uma ação articulada com o Executivo



Senadores examinam quebra do sigilo de vários dirigentes

PÁGINA 3

Eduardo prega a conciliação e diz que PFL não quer isolar ACM

PÁGINA 7



Eduardo Siqueira Campos



Bernardo Cabral

O senador Bernardo Cabral apresentou projeto para acrescentar a designação "Federal" ao nome da Universidade do Amazonas, sediada em Manaus (foto).

PÁGINA 7



Heloísa responsabiliza o governo, Jefferson considera o episódio "assustador"

A rebelião nos presídios de São Paulo foi abordada ontem em plenário pelos senadores Heloísa Helena e Jefferson Péres. Heloísa atribuiu responsabilidade ao governo; Jefferson manifestou seu espanto com a ação planejada por um comando criminoso.

PÁGINA 8

Líderes se reúnem para definir comissões

PÁGINA 2

Ricardo Santos cobra mais eficiência nos serviços telefônicos

PÁGINA 7

Jader quer mutirão para segurança

A proposta do presidente do Senado prevê a participação do Executivo, Legislativo e Judiciário na busca de soluções para problemas como a rebelião ocorrida nos presídios de São Paulo

O presidente do Senado, Jader Barbalho, defendeu ontem a realização de um mutirão, com a participação, em todos os níveis, do Executivo, Judiciário e Legislativo, visando encontrar saídas urgentes para a questão da segurança pública. Segundo disse, a rebelião nos presídios de São Paulo demonstra que "o sistema penal brasileiro está profundamente ultrapassado" e aponta como prioritária a necessidade de se investir mais em segurança.

— O problema vem se acumulando através do tempo, e precisa ser enfrentado. Ficou claro que o aparelho policial perdeu. Com esse episódio emblemático, a segurança se transformou num desafio.

O senador considera que esse é "um tema inevitável" da reunião com o presidente da República prevista para hoje de manhã. O encontro será o primeiro de Jader com Fernando Henrique desde que foi eleito para

a Presidência do Senado. Jader informou que defenderá a inclusão do mutirão como um dos pontos essenciais da agenda positiva do governo.

A ênfase da proposta está na adoção de ações coordenadas do governo federal e dos executivos estaduais e municipais. Para o senador, "o importante não é buscar culpados, e sim encontrar soluções. A questão não é estadual nem federal, é nacional". Da mesma forma, acrescentou, caberia ao Congresso participar da busca de soluções, aprovando verbas para investimento em recursos humanos e equipamentos e revisando a legislação penal, com a participação do Judiciário.

Jader acredita nos resultados positivos do investimento em segurança. "Frequentemente verificamos que os delinquentes estão mais bem armados do que a polícia." Ressaltou, igualmente, a necessidade de reforma do sistema penal.

Disposição é manter base unida

O presidente do Senado, Jader Barbalho, reafirmou sua disposição de trabalhar para manter unida a base do governo, inclusive com a permanência do PFL, ao ser questionado sobre eventual aliança entre PMDB e PSDB visando à sucessão presidencial.

— O PFL é um grande partido, fundamental para a sustentação política do governo. Vamos fazer tudo, com bom senso, para superar um episódio que foi meramente eleitoral. Não advogarei nunca a saída do PFL da base do governo.

Jader afirmou que sua intenção é zelar pela imagem do Senado, e assegurou que pretende "presidir todas as sessões que for possível". Mas não fez comentários sobre o pronunciamento que seu antecessor no cargo, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), deve fazer hoje.

— Seria uma indelicadeza especu-

lar sobre a fala de um integrante do Senado, ou emitir juízo sobre um curso que ainda será feito.

Quanto a seu relacionamento com o presidente da República, Jader afirmou que pretende manter "atitude de colaboração com o Executivo e o Judiciário". As decisões "serão do Plenário, e não pessoais minhas".

Jader disse ainda que está examinando o Estatuto do PMDB para encaminhar o processo de sua substituição na presidência do partido. Acrescentou não ter conhecimento oficial da filiação ou pré-candidatura do governador de Minas, Itamar Franco, e que até agora apenas o senador Pedro Simon (RS) se apresentou para a disputa presidencial. E lembrou que o PMDB conta também com o senador José Sarney (AP) e o governador de Pernambuco entre os que também poderão pleitear a candidatura.



Para Jader, a segurança pública é um "tema inevitável" da reunião que terá hoje com o presidente Fernando Henrique

Senado deve decidir hoje composição das comissões

As lideranças partidárias no Senado reúnem-se na tarde de hoje para discutir a composição das comissões temáticas. A definição das presidências e vice-presidências dos colegiados deve levar em consideração o critério de proporcionalidade das bancadas. Como maior partido da Casa, o PMDB tem direito à primeira escolha. Em seguida vêm o PFL, o PSDB e o Bloco Oposição. São sete as comissões permanentes do Senado: Assuntos Econômicos; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Sociais; Relações Exteriores e Defesa Nacional; Educação; Serviços de Infra-Estrutura; e de Fiscalização e Controle.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) confirmou ontem sua intenção de presidir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mesmo que precise disputar a indicação com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

— Não creio que Antonio Carlos postule a CCJ, porque ele sabe da minha intenção. Mas se for preciso, disputarei os votos dos membros da comissão.

Cabral, que é professor de Direito, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e foi relator da Assembléia Nacional Constituinte de

1988, ressaltou a importância da comissão em virtude da reforma do Judiciário. E comentou:

— Antonio Carlos Magalhães não precisa presidir uma comissão para fazer oposição ao governo. Ele é um líder natural.

O PMDB também deve definir hoje pela manhã o novo líder do partido no Senado. Já declararam o desejo de ocupar o cargo os senadores Amir Lando (RO), Ney Suassuna (PB) e Renan Calheiros (AL). O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse que a idéia entre os peemedebistas é buscar um nome de consenso para a liderança.

— Se isso não for possível, partiremos para a eleição por voto secreto, dentro da bancada.

Caberá ao líder do PMDB, esclareceu Jader, encaminhar as discussões sobre as presidências das comissões.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) informou que o Bloco Oposição vai pleitear a presidência da Comissão de Fiscalização e Controle. E adiantou que o indicado para presidir a comissão será o senador Jefferson Péres (PDT-AM). Disse ela que o bloco tem direito a uma presidência e a uma vice, mas não tem ainda uma posição definida sobre em que comissão ocupará a vice-presidência.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 20 FEVEREIRO DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

9h45 — Audiência com o presidente da República.
Palácio da Alvorada

PLENÁRIO

Terça-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDL nº 120/2000, aprova o ato que autoriza o Movimento Comunitário pela Cidadania a executar serviço de radiodifusão comunitária em Manaus (AM); PDL nº 148/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Senhora Santana a executar serviço de radiodifusão comunitária em Cansanção (BA); PDL nº 172/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Trabalhadores de Boa Saúde a executar serviço de radiodifusão comunitária em Boa Saúde (RN).

COMISSÃO

Após a Ordem do Dia — CPI do Futebol
Pauta: Reunião administrativa e depoimentos dos senhores Agathino da Silva Gomes, ex-presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama; Ivon Bernardo Morgado, ex-conselheiro fiscal do Clube de Regatas Vasco da Gama; e João Manoel de Almeida, benemérito do Clube de Regatas Vasco da Gama. *Ala Senador Nilo Coelho, anexo II — Sala 2*
Após a Ordem do Dia — Reunião dos líderes partidários a fim de tratar da composição das comissões permanentes. *Gabinete da Presidência*

PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 26/2000, altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Mensagem nº 243/2000, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Otto Agripino Maia, ministro de primeira classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Santa Sé, exercer a de embaixador do Brasil junto à Ordem Soberana Militar de São João de Jerusalém, de Rodas e de Malta; Mensagem nº 244/2000, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Luiz Antonio Jardim Gagliardi, ministro de primeira classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Noruega, exercer a de embaixador do Brasil junto à República da Islândia.

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDL nº 155/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e de Comunicação Comunitária de Carambei a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carambei/PR; PDL nº 188/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Comodoro (MT) a executar serviço de radiodifusão comunitária em Comodoro (MT).

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira
10h — CPI do Futebol
Pauta: Depoimentos de Hercules Santana, ex-conselheiro fiscal do Clube de Regatas Vasco da Gama; e Levi Lafeté, ex-conselheiro do Vasco. *Ala Senador Nilo Coelho, anexo II — Sala 2*

15h — CPI do Roubos de Cargas
Pauta: Reunião administrativa para discussão do roteiro de viagens e trabalhos para o 1º semestre de 2001. *Ala Senador Nilo Coelho, anexo II — Sala 2*

ESPECIAL

Quarta-feira
12h — Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Mar em Fúria*, de Wolfgang Petersen. *Auditorium Petrólio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota autorizações para rádios comunitárias

Os três projetos de decreto legislativo beneficiam a Associação Beneficente Senhora Santana (BA), a Associação Comunitária dos Trabalhadores de Boa Saúde (RN) e o Movimento Comunitário pela Cidadania (AM)

Os senadores votarão na sessão plenária marcada para as 14h30 de hoje três projetos de decreto legislativo que aprovam atos do Ministério das Comunicações que autorizam entidades públicas a executarem o serviço de radiodifusão comunitária em diversas cidades do país. Caso aprovados, os projetos, já examinados pela Câmara dos Deputados, vão à promulgação.

As entidades beneficiadas são o Movimento Comunitário pela Cidadania, de Manaus (AM); a Associação Beneficente Senhora Santana, de Cansanção (BA), e a Associação Comunitária dos Trabalhadores, de Boa Saúde (RN). Segundo a



Nas sessões de amanhã e de quinta-feira, o Plenário deverá apreciar outros sete projetos de instalação de rádios comunitárias

lei, somente organizações sem fins lucrativos podem operar emissoras comunitárias.

Amanhã e na quinta-feira, entre outros itens da pauta, o Plenário deverá votar outros sete projetos de decreto legislativo

que autorizam a instalação de rádios comunitárias. O Senado e a Câmara, segundo o artigo 49 da Constituição federal, são responsáveis por apreciar atos de concessão de emissoras de rádio e TV.

Senadores pedem quebra de sigilo de vários dirigentes

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura irregularidades no futebol brasileiro vai votar novamente hoje, mas desta vez caso a caso e com justificativas individuais, a quebra do sigilo bancário e fiscal de todos os que obtiveram liminares no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a ação da comissão. A votação dos requerimentos acontecerá antes dos depoimentos, marcados para hoje, dos ex-dirigentes do Clube de Regatas Vasco da Gama Agathyrno da Silva Gomes, Ivo Morgado e João Manuel de Almeida.

Os pedidos de quebra de sigilo bancário e fiscal vão ser feitos de forma individualizada para evitar que os nomes investigados obtenham novas liminares junto ao STF.

São as seguintes as solicitações de sigilo: técnico Wanderley Luxemburgo; o presidente do Vasco da Gama, Eurico Miranda; o presidente do Conselho Deliberativo do Botafogo, Carlos Augusto



Álvaro confirmou a realização de debate sobre a Lei do Passe na próxima quinta-feira

Montenegro; o presidente do Flamengo, Edmundo dos Santos Silva; o presidente do Corinthians, Alberto Dualib; o ex-presidente do Fluminense Álvaro Barcellos; o presidente do Clube dos 13, Fábio Koff; o presidente da Federação Fluminense de Futebol, Eduardo Vianna; o diretor jurídico da CBF, Carlos Eugênio Lopes; a Federação Gaúcha de Futebol; a Associação Brasileira dos Agentes de Futebol; a



empresa de material esportivo Rhumell; o Sindicato dos Clubes Profissionais de Futebol de São Paulo; José Carlos Salim e Antônio Osório Ribeiro da Costa.

O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), confirmou também a audiência pública da próxima quinta-feira, na qual será debatida a chamada Lei do Passe.

O ex-jogador Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira será o representante dos jogadores profissionais na audiência. Participarão também da reunião o advogado Marcílio Krieger, especialista em Direito Desportivo, e João Bosco Luz de Moraes, representante do Clube dos 13. A definição final dos nomes ocorreu durante reunião administrativa realizada ontem à noite entre o presidente da comissão, senador Álvaro Dias, o relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), e assessores da CPI.

Tuma: CPI vai dismantelar quadrilhas receptoras

O presidente da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investiga o roubo de cargas, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse que



até o final do ano a CPI alcançará seu principal objetivo, que é o de dismantelar as quadrilhas receptoras de cargas no país. Para ele, essas quadrilhas estão mais organizadas e mais bem aparelhadas do que a própria polícia.

A CPI realiza amanhã, a partir das 15h, sua primeira reunião do ano. Na pauta, a aprovação do calendário de trabalho para o mês de março, com a proposta do relator, deputado Oscar Andrade, que prevê uma série de audiências públicas nos estados onde há maior incidência de roubo de cargas.

O relator propõe que a comissão se desloque, ainda na primeira quinzena de março, ao estado do Maranhão, com o objetivo de colher depoimentos de pessoas envolvidas no roubo de cargas e lavagem de dinheiro. Serão ouvidas, inclusive, pessoas já condenadas ou detidas que participaram de quadrilhas de roubo de cargas. As cidades a serem visitadas são Imperatriz e São Luís, no Maranhão.

Na segunda quinzena de março, estão no roteiro da CPI visitas às cidades de Campinas (SP) e São Paulo. Os integrantes da comissão

deverão permanecer quatro dias em São Paulo e outros quatro no Maranhão. A CPI retomará os trabalhos após dois meses de paralisação. A última reunião da comissão foi realizada em dezembro, quando foram ouvidos ex-integrantes de quadrilhas, que estão resguardados pelo Programa Nacional de Proteção às Testemunhas.



Segundo Tuma, o principal objetivo da CPI é dismantelar as quadrilhas receptoras

CCJ examina projeto que assegura registro gratuito de nascimento

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve examinar projeto de lei da Câmara, enviado ao Congresso pelo Executivo, que retira entrave à gratuidade do registro de nascimento, estabelecida pela Lei 9.534, de 1997.

Conforme exposição de motivos que acompanha a proposta, assinada pelo ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, o *caput* do artigo 46 da Lei 6.015 determina a cobrança de multa no valor de um décimo do salário mínimo dos responsáveis por declarações de nascimento feitas depois do prazo legal, que é de 15 dias a contar do parto.

A exposição de motivos aponta a contradição entre o *caput* do

artigo 46 e o artigo 30 da Lei 6.015, modificado pela Lei 9.534. O artigo 30, já modificado, estabelece a gratuidade do registro, mas o artigo 46 impede o pleno cumprimento da lei.

A redação em exame na Comissão de Constituição e Justiça determina que as declarações de nascimento feitas fora do prazo deverão ser acolhidas pelos cartórios somente mediante despacho do juiz do lugar de residência do interessado, sem cobrança de multa.

— Creio que a proposta em muito contribuirá para o objetivo de conferir a todo brasileiro a possibilidade de efetivar a cidadania em toda a sua extensão — diz o ex-ministro José Carlos Dias.

Jovens têm mais dificuldade de encontrar emprego, observa Jucá

Senador cita pesquisa do IBGE e defende ações públicas no Norte e Centro-Oeste, onde o crescimento populacional é mais explosivo

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que a população com idade entre 15 e 24 anos é a que mais pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho e, na busca do primeiro emprego, encontra maior dificuldade de colocação. Jucá fez essas declarações baseado nos resultados do estudo "População Jovem no Brasil", realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir do censo demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD).

Entre o censo de 1991 e a contagem demográfica de 1996, a pesquisa aponta crescimento do número de jovens com idade entre 15 e 24 anos à taxa anual de 1,7%. Também constata que 79% deles residem em zona urbana, além da predominância da população do sexo feminino, registrando a marca de 100 moças para 99,2 rapazes. Registra ainda o crescimento da população declarada negra nessa faixa de idade. Enquanto o percentual de jovens brancos caiu de 54,7% para 49,2% entre 1980 e 1991, o de jovens negros passou de 44,8% para 50,5% no período.

O descompasso entre o crescimento da população masculina e feminina, segundo Romero



Romero Jucá chama a atenção para problemas enfrentados pelos jovens

Jucá, tem seu principal componente na violência. "É nessa faixa etária, entre os indivíduos do sexo masculino, que se encontram as mais altas taxas de mortalidade por causas violentas, homicídios e acidentes em geral", comentou. Em relação às mulheres, o senador disse que o problema reside na gravidez precoce, que as força a abandonar os estudos e dificulta o ingresso no mercado de trabalho.

— São dois problemas sociais da mais alta gravidade, que temos a responsabilidade de abordar e para os quais devemos encontrar solução — afir-

mou o senador.

Em termos espaciais, Jucá informou que a região Norte lidera a taxa de crescimento anual da população jovem, com índice de 3,3%. Em seguida vêm o Centro-Oeste, com 2,2%, o Sudeste, com 1,8%, o Nordeste, com 1,6%, e o Sul, com apenas 0,8%. Embora o Sudeste se destaque em volume populacional, o senador roraimense defende que as ações públicas para esse segmento se concentrem no Norte e Centro-Oeste, onde o crescimento é mais explosivo e a pressão por serviços sociais, mais forte.

Ronaldo propõe programa de renda mínima para região da seca

O Programa Emergencial de Frentes Produtivas criado pelo governo federal em dezembro de 1998 poderá ser transformado em Programa Especial de Garantia de Renda Mínima. É o que propõe o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) através de projeto atualmente em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com parecer favorável do relator, senador Luiz Pontes (PSDB-CE).

De acordo com o projeto, o Programa Especial de Garantia de Renda Mínima será permanente e terá como objetivo prestar assistência à população das regiões afetadas pela seca. Para receber o benefício, as famílias terão que comprovar a fre-

qüência escolar dos menores de 14 anos e que todos os membros recebam as vacinas obrigatórias. Também será exigida a participação em programas de treinamento e qualificação profissional.

Ronaldo Cunha Lima disse que o estabelecimento de frentes de trabalho temporárias não é a forma mais adequada de ajudar na solução do problema da seca. Ele explicou que seu projeto procura "associar a questão da renda mínima à solução de males sociais que, uma vez não combatidos, condenam as populações do Polígono das Secas a um círculo vicioso de pobreza, doença, ignorância e desemprego".



Ronaldo Cunha Lima quer transformar frentes produtivas em Programa Especial de Garantia de Renda Mínima

CAE vota isenção de IPI na compra de caminhões por autônomos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá votar em uma de suas próximas reuniões projeto de lei do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que isenta temporariamente do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os caminhões comprados por transportadores autônomos. O projeto já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta, aprovada na CCJ com parecer favorável do senador José Jorge (PFL-PE), entrou na pauta da CAE em 12 de dezembro passado. Não foi votada porque o presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), concedeu vista da matéria ao senador José Eduardo Dutra (PT-SE), mas já tem parecer favorável do relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB).

O projeto concede isenção para veículos com capacidade de carga superior a cinco toneladas, pelo período de dois anos seguintes à sua aprovação. Cada transportador autônomo poderá utilizar a isenção por uma única vez, exceto em decorrência de perda total do veículo. Caso o caminhão seja revendido menos de três anos depois, o beneficiado com a isenção do IPI terá de recolher o imposto aos cofres públicos, com juros e correção monetária.

Em sua justificativa, o autor diz que pretende fazer justiça a uma categoria de importância marcante na vida econômica do país, já que o transporte rodoviário é o principal meio de escoamento das produções agrícola e industrial. Além disso, argumenta, o aumento da venda de veículos novos dará um impulso à economia.



Moreira Mendes: "Justiça a uma categoria de importância marcante na vida econômica do país"

SENADO FEDERAL
UM CANAL ABERTO COM O CIDADÃO

Se você é de Brasília
sintonize o novo canal aberto 51 UHF

Se você não é de Brasília
sintonize a TV Senado através de antena parabólica com sinal analógico na frequência de 4130 MHz via BRASILSAT B1

A TV Senado continua disponível também nas operadoras de TV por assinatura do país (Sky, Net, Direct TV e Tec Sat).

51

TV SENADO
TV por assinatura de qualidade nacional

Criada CPI para investigar a ação de ONGs

A comissão terá um prazo de 180 dias para concluir seu relatório sobre as irregularidades praticadas pelas organizações não-governamentais. Ela vai apurar “a interferência dessas entidades em questões indígenas, ambientais e de segurança nacional”

O Senado criou ontem uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar “a interferência de organizações não-governamentais (ONGs) em questões indígenas, ambientais e de segurança nacional”. O requerimento, apoiado por 43 senadores, foi apresentado ao Plenário pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). A CPI tem prazo de 180 dias para apresentar um relatório sobre irregularidades nos trabalhos de ONGs no país.

Entre os fatos determinados que irá investigar, a comissão deve buscar informações sobre a denúncia de que a ONG Associação Amazônia seria proprietária de mais de 172 mil hectares de terras que pertenciam à União no sul de Roraima. A comissão terá 11 membros titulares e sete suplentes, cabendo ao PMDB indi-

car quatro membros titulares e três suplentes; ao PFL, três titulares e dois suplentes; e ao PSDB e ao Bloco Oposição, dois titulares e um suplente cada.

A CPI sucede a outra com a mesma finalidade, criada em setembro passado, por requerimento encabeçado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que teve o apoio de mais de um terço da composição da Casa (condição para a criação de uma CPI, segundo o Regimento Interno). Com exceção do Bloco Oposição e do PFL, porém, os líderes partidários não indicaram os membros para compor a comissão, que não chegou a se reunir. O Regimento determina a extinção de todas as comissões temporárias ao fim do ano legislativo, a não ser que haja requerimento pedindo prorrogação do prazo inicial.



Mozarildo é o autor do requerimento de criação da CPI, que foi assinado por 43 senadores

Requerimento já havia sido apresentado ano passado

O requerimento para criar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) com o objetivo de investigar a ação das organizações não-governamentais no país já havia sido apresentado antes, no ano passado, pelo senador Mozarildo Cavalcanti. O senador disse estar preocupado com a forma com que essas ONGs vêm agindo, especialmente quando acusaram soldados do Exército brasileiro de estarem assediando índias.

Para Mozarildo, “o importante não são nem as acusações, mas o que tentam impingir às Forças Armadas”. Segundo ele, o Conselho Indigenista de Roraima (CIR) já conseguiu uma liminar na Justiça para impedir a construção de um quartel do Exército na fronteira com a Guiana.

— É uma hipocrisia das ONGs. Milhares de índias estão se prostituindo na periferia da capital de Roraima porque os órgãos que deveriam protegê-las não estão fazendo nada — denunciou o parlamentar.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) solidarizou-se com Mozarildo Cavalcanti e afirmou que esse tipo de ação das ONGs é, na verdade, uma “campanha altamente difamatória”.

Mozarildo declarou ainda que está inconformado com o governo federal por assistir silenciosamente ao avanço das ONGs.

— Em Roraima, ninguém mais acredita que o governo tenha a coragem de fiscalizar essas entidades. Estrangeiros participam de reuniões com os índios e o governo não faz nada — afirmou ele.

Lando: aumento da arrecadação em janeiro já paga reajuste do mínimo

O aumento da arrecadação federal em janeiro, que subiu R\$ 1,67 bilhão em relação a janeiro do ano passado, “já é suficiente” para o governo pagar o aumento do salário mínimo em abril próximo, quando seu valor passará de R\$ 151 para R\$ 180, disse ontem o relator-geral do Orçamento federal de 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO).

Ele lembrou que acordo firmado entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, durante a discussão do Orçamento em vigor neste ano, previa que o salário mínimo só poderia chegar a R\$ 180 se o combate à sonegação rendesse neste ano pelo menos R\$ 1,2 bilhão. O combate aos sonegadores foi propiciado por três leis votadas em dezembro passado pelo Congresso, como previa o acordo Planalto-Congresso.

Ao anunciar o resultado da arrecadação de janeiro, há duas semanas, o secretário da Receita



Segundo dados da Receita Federal citados por Amir Lando, a arrecadação aumentou R\$ 1,67 bilhão em janeiro

Federal, Everardo Maciel, afirmou que creditava às leis sobre caça a sonegadores o bom desempenho das receitas. A arrecadação de R\$ 17,3 bilhões foi inclusive superior à de dezembro, mês em que tradicionalmente sobe o volume de impostos e contribuições pagos pelas empresas. Ainda conforme o acordo, a arrecadação deste ano que passar de R\$ 1,2 bilhão, por conta das novas leis, será destinada às emen-

das que os parlamentares incorporaram à lei orçamentária.

Por meio do acordo, os deputados e senadores abriram mão de uma verba de R\$ 1,6 bilhão destinada às suas emendas e redirecionaram o dinheiro à Previdência Social, que paga o salário mínimo a quase 13 milhões de aposentados do INSS. Com isso, somado a um corte de R\$ 300 milhões no custeio da máquina federal e à arrecadação adicional, foi viabilizado o aumento do salário mínimo.

Apesar do acordo, Lando lembrou que o presidente da República assinou decreto no início deste mês contingenciando R\$ 7,35 bilhões das receitas não-financeiras do Orçamento (que chegarão a R\$ 280,3 bilhões), afetando em parte as emendas dos parlamentares. Amanhã, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, comparecerá à Comissão Mista de Orçamento para explicar o contingenciamento e se ele realmente afetará as emendas dos congressistas.

CAS examinará projeto que prevê atividades de prevenção contra LER e Dort

O Senado deve votar este ano projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para reconhecer e prevenir as lesões por esforço repetitivo (LER) e as doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho (Dort).

Aguardando decisão na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto prevê a assistência e reabilitação dos trabalhadores afetados por essas enfermidades. Alcântara diz que seu principal objetivo é “trazer à consciência do Parlamento e da sociedade a gravidade do problema de saúde pública representado por essas doenças no Brasil”. Ele quer também conchamar trabalhadores,

empresários, governo e parlamentares a tomarem as providências que a situação exige.

O projeto remete as duas doenças a sistema especial de vigilância epidemiológica, situando-as entre as causadas por operações insalubres. Entre as causas das LER e Dort, estão a manutenção de uma mesma posição do corpo ou de membros por tempo prolongado, a repetição de um mesmo padrão de movimento, um ritmo de trabalho penoso, ambientes inadequadamente iluminados ou a pressão excessiva por produtividade.

Conforme Alcântara, as duas são hoje as mais frequentes doenças do trabalho no mundo e uma epide-



De acordo com Alcântara, LER e Dort já são a segunda causa de afastamento do trabalho no país

mia em expansão no Brasil, onde já constituem a segunda causa de afastamento do trabalho. Ele informou que suas principais vítimas são trabalhadores com 20 e 45 anos de idade, que adquirem a doença por realizarem esforços repetitivos, agravados por tensão e medo de perder o emprego.



Gilvam Borges é o relator do projeto de gratuidade na Comissão de Assuntos Sociais

Audiência discutirá o ingresso gratuito de idosos em espetáculos

Gilvam Borges, relator do projeto, quer ampliar o debate e enviou o texto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O relator do projeto que assegura ao idoso gratuidade no acesso a eventos culturais, desportivos e recreativos, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), considerou que o assunto merece uma discussão mais aprofundada. Por essa razão, ele encaminhou a matéria, que estava na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que esta realize audiência pública e se pronuncie sobre a constitucionalidade da proposta. O projeto, de autoria do sena-

dor Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), complementa dispositivos da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, beneficiando pessoas com mais de 65 anos. De acordo com a legislação a ser alterada, são consideradas idosas pessoas maiores de 60 anos, sendo garantido apenas o acesso a locais e eventos culturais com ingressos a preços reduzidos. Mozarildo Cavalcanti justifica a oportunidade de seu projeto ao ressaltar que a Lei nº 8.842, relativa à política nacional do idoso, trata apenas de aspec-

tos genéricos referentes ao tema. Na sua opinião, a concessão de gratuidade em eventos culturais, desportivos e recreativos vai garantir ao idoso uma efetiva reintegração ao meio social.

— Com a aprovação desse projeto de lei, o Brasil estará proporcionando melhor qualidade de vida ao idoso, oferecendo-lhe a oportunidade de desfrutar momentos de entretenimento e amenizando o atual quadro que lhe é imposto pela sociedade — defende Mozarildo.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — Sen. Heloísa Helena e Graça Ohana, técnica do Dieese, falam sobre renda e pobreza
7h30 — *Entrevista* — Sen. Jefferson Péres fala sobre o sistema penitenciário
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *Saúde/Unip* — A violência — parte 2
9h — *As Cores do Brasil* — Ceará
9h30 — *Entrevista* — Sen. Lúcio Alcântara fala sobre sigilo bancário
10h — *Cidadania* — Sen. Heloísa Helena e Graça Ohana, técnica do Dieese, falam sobre renda e pobreza
11h — *As Cores do Brasil* — Tiradentes
11h30 — *Cidadania* — Sen. Ramez Tebet e Rosângela Magalhães, diretora do Departamento Penitenciário Nacional, falam sobre a realidade do Sistema Penitenciário
12h30 — *Entrevista* — Sen. Jefferson Péres fala sobre o sistema penitenciário
13h — *As Cores do Brasil* — Espírito Santo
13h30 — *Cidadania* — Sen. Heloísa Helena e Graça Ohana, técnica do Dieese, falam sobre renda e pobreza

14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — CPI do Futebol (ao vivo)
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — CPI do Futebol
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
24h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — CPI do Futebol

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

CCJ analisa PEC que permite a dentista acumular cargos públicos

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) entregou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o relatório, com parecer favorável, sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) que permite a acumulação lícita de dois cargos de cirurgião-dentista nos quadros da administração pública. A matéria está pronta para votação e deve ser incluída em breve na pauta da comissão.

De acordo com a proposta oriunda da Câmara dos Deputados, o desenvolvimento da assistência à saúde no país levou à equiparação da figura do cirurgião-dentista à do médico. O autor do projeto, deputado Nícias Ribeiro (PMDB-PA), considerou que a acumulação de cargo para o odontólogo é importante em uma comunidade carente, onde a manutenção de

consultório particular seria inviável.

Álvaro Dias concorda com esse argumento, afirmando, em seu relatório, que a acumulação que hoje contempla o médico estimula o profissional de medicina a prestar serviços em numerosos pequenos municípios existentes no Brasil, "onde chega a ser clamorosa a carência de profissionais dessa área".

Problema penitenciário entra em debate hoje em dois programas da TV Senado

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) é o convidado de hoje do programa *Entrevista*, na TV Senado. O tema é a rebelião simultânea em 29 presídios do estado de São Paulo, ocorrida no domingo, e o problema penitenciário no Brasil. O programa vai ao ar às 7h30 e às 12h30.

A TV Senado também reapresenta o programa *Cidadania* sobre a realidade do sistema penitenciário brasileiro. Os convidados são o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e a diretora do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, Rosângela Magalhães. O programa vai ao ar às 11h30.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) e a técnica do Dieese Graça Ohana debatem a distribuição de



Ramez Tebet está na reapresentação do programa *Cidadania* sobre a realidade do sistema penitenciário

renda e a pobreza no Brasil no *Cidadania* das 13h30. Elas levam em consideração questões como desemprego, crescimento econômico, globalização, política econômica.

O programa *Entrevista* das 9h30 tem como convidado o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele comenta a lei que autoriza a quebra do sigilo bancário

sem autorização judicial.

Os pontos turísticos e a diversidade cultural do país são apresentados no programa *As Cores do Brasil* de hoje: *Ceará*, às 9h, *Espírito Santo*, às 13h, e *Tiradentes*, às 12h.

A programação conta ainda com o *Jornal do Senado*, o *Senado em Pauta* e a transmissão da sessão plenária, às 14h30.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

Cabral propõe mudança no nome de universidade do AM

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) anunciou a apresentação de projeto que acrescenta o designativo "Federal" no nome da Universidade do Amazonas, sediada em Manaus. Ele argumentou que a falta do designativo tem provocado, em seminários e congressos, freqüentes dúvidas e enganos a respeito da natureza da instituição, constringendo alunos, professores e bacharéis formados por tal universidade. Mesmo o Ministério da Educação, afirmou o senador, confunde a universidade, pública e sediada em Manaus, com a Universidade da Amazônia, privada e localizada em Belém. A confusão chega ao ponto de o ministério mandar para uma instituição documentos destinados à outra.

Bernardo Cabral informou que a instituição de Manaus foi a primeira universidade brasileira, criada com o nome de Escola Universitária Livre de Manaus em 17 de janeiro de 1909. A Lei 4.069-A, de 1962, estatizou o estabelecimento de ensino com o nome de Universidade do



O projeto de Cabral inclui o designativo "Federal" no nome da Universidade do Amazonas

Amazonas. "Desde então, tanto seus alunos, hoje um total de 18.666, quanto professores (800) e servidores (1.500) têm se ressentido da falta do 'Federal' no nome atribuído à universidade", disse o senador.

Cabral lembrou que se formou em Direito pela Universidade do Amazonas, onde começou sua vida política, e manifestou o desejo de ver retificado o equívoco cometido em 1962. Ele pediu o apoio dos senadores para a aprovação do projeto, que será votado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Patrocínio destaca programa paranaense contra êxodo rural

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou o programa Vila Rural, implantado no Paraná para reduzir o êxodo no campo, afirmando que a iniciativa foi premiada pelas fundações Ford e Getúlio Vargas e considerada modelo pelo Comunidade Solidária. O programa, instituído pelo governador Jaime Lerner em 1995, foi um dos 20 melhores projetos brasileiros na área de gestão pública e cidadania, informou.

— O Vila Rural caracteriza-se como uma reforma agrária moderna, eficaz e não traumática, ao proporcionar ao trabalhador rural e sua família, além de habitação e um pedaço de terra, um processo de reeducação e de valorização de sua dignidade humana — afirmou o senador, destacando a ampla variedade de cursos e treinamentos promovidos pelos centros de Convivência Familiar instalados nas vilas rurais.

Desenvolvido em parceria com as prefeituras, o programa reservou para os agricultores lotes de 5 mil metros quadrados localizados próximos a distritos com infra-estrutura comercial, escolar e de saúde. O senador destacou o aquecimento das economias municipais promovido pelo programa, entre 20% e 30%, além da geração de 126 mil



Para Patrocínio, "o Vila Rural é uma reforma agrária moderna, eficaz e não traumática"

empregos na construção civil, com a edificação dos módulos de 44 metros quadrados oferecidos aos assentados.

Patrocínio elogiou a associação dos assentamentos urbanos a atividades econômicas, com objetivo de assegurar terra, moradia, educação, sustento, trabalho e bem-estar à comunidade.

Ele também lembrou que a população rural paranaense reduziu-se pela metade entre 1970 e 1995, período em que a população urbana quase triplicou. Outro dado citado por Patrocínio vem da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): o número de propriedades rurais caiu, de 1995 para 1996, de 466 mil para 371 mil, uma queda de quase 20%.

Ricardo Santos quer serviços de telefonia mais eficientes

O atendimento às comunidades rurais e de locais remotos e a expansão dos serviços de natureza pública estão entre as cobranças que ele faz

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) alertou para os desafios que a telefonia brasileira enfrenta depois da privatização. Ele disse que a própria Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) entende que os serviços melhoraram, mas ainda não atendem ao Plano de Metas. Daí por que foram abertos, contra as concessionárias e operadoras, 1.273 processos administrativos por descumprimento de obrigação durante o ano 2000, informou ele.

Ricardo Santos explicou que a expansão da telefonia visando à universalização precisa atacar, simultaneamente, vários objetivos. Entre esses, estão o de cobrir áreas urbanas de acordo com as obrigações assumidas nos contratos de concessão; o de abranger populações de menor renda com novas modalidades de atendimento na telefonia fixa, a exemplo dos pré-pagos da telefonia celular; e o de atingir comunidades rurais e localidades remotas com população inferior a 100 habitantes.



Ricardo Santos pede novos critérios para a fixação das tarifas de áreas metropolitanas

Além disso, o senador afirmou ser necessário expandir os serviços especiais de natureza pública, notadamente nas áreas de apoio à produção, à segurança pública e aos serviços básicos da agricultura, saúde e educação. Nesse contexto, ele entendeu que deve ser valorizado o programa Sociedade da Informação como instrumento de viabilização da educação a distância e de outros programas direcionados às informações

de mercado e à segurança pública.

Para Ricardo Santos, a Anatel precisa também elaborar estudos para redefinir tarifas em áreas metropolitanas ou entre distritos pertencentes ao mesmo município, a fim de impedir que assinantes de distritos ou vilas muito próximas à sede municipal sejam taxados com tarifas interurbanas. É o caso, por exemplo, de 25 mil assinantes dos bairros de Barra de Jucu, Jacaraípe e Nova Almeida, pertencentes à mesma área urbana da cidade de Vitória, no Espírito Santo.

Ao participar aos senadores que enviou à Anatel correspondência propondo a modificação dos critérios em relação aos casos específicos do seu estado, Ricardo Santos reconheceu que o mesmo problema se apresenta em várias regiões metropolitanas do país. "Uma estrutura tarifária racional e mais justa para o consumidor resultará na ampliação dos serviços de telecomunicações pela natural expansão da demanda", afirmou.

PFL não pretende isolar ACM, diz Eduardo Siqueira Campos

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou ontem discordar da análise feita por alguns jornalistas de que o Partido da Frente Liberal (PFL) estaria articulando o isolamento político do ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ele defendeu a conciliação e o entendimento entre todos os partidos que integram a base de sustentação do governo, enfatizando que as "rugas" pela recente disputa das Mesas do Senado e da Câmara devem ser esquecidas.

Analisando a recente disputa pela Presidência das duas Casas do Legislativo, Eduardo definiu o atual momento como o mais difícil enfrentado pelo PFL e sustentou que o partido está unido em torno de Antonio Carlos Magalhães.

— Quero afirmar que, no partido, reina um sentimento de unidade e espírito de conciliação, de construção da nossa unidade partidária. No PFL, não há culpados e vamos reconstruir o nosso próprio relacionamento interno, sob o co-

mando do nosso presidente, senador Jorge Bornhausen.

O senador elogiou o "tom conciliatório" das declarações dadas pelos novos presidentes do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), e da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG). E acrescentou que todos os partidos da base governista estão e estarão juntos no apoio ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

— Não há ninguém que possa pensar na construção de uma base de sustentação política que não passe pelo PFL, partido que deu a sua contribuição fundamental para a eleição do atual presidente da República. E não há razão para fazer oposição ao presidente. Estaremos juntos sim, todos nos apoiando mutuamente, apoiando o presidente e indo juntos para o próximo embate eleitoral, nas eleições de 2002 — acentuou.

Eduardo Siqueira Campos registrou também a divulgação do relatório de atividades da Mesa Diretora do Senado que encerrou seu mandato na semana passada. Ele



Eduardo admite que seu partido enfrenta momento difícil, mas "está unido em torno de ACM"

disse que, com a publicação, fica claro para todos a "eficácia administrativa" na condução da Casa, assim como a grande quantidade de matérias importantes que foram votadas e aprovadas, sobretudo no último biênio.

O senador salientou ainda sua satisfação por terem sido reconduzidos aos cargos de secretário-geral da Mesa e de diretor-geral, respectivamente, Raimundo Carreiro Silva e Agaciel Maia. Acrescentou que não há um só senador que tenha algo a dizer contra esses dois funcionários, o que, em sua opinião, é um sinal de que a nova direção quer acertar.

Senadores analisam rebelião em São Paulo

Classificado de “assustador” por Jefferson Péres, o episódio da rebelião em 29 presídios do estado de São Paulo chamou a atenção dos senadores e motivou pronunciamentos ontem no plenário. Jefferson pediu ao presidente do Senado, Jader Barbalho, que se articule com

o presidente da República para que, juntos, Executivo e Legislativo adotem medidas urgentes em relação à segurança pública e ao sistema penitenciário. Heloísa Helena criticou o governo por não ter, segundo ela, implementado o Plano Nacional de Segurança Pública.

Heloísa Helena cobra execução do Plano Nacional de Segurança Pública

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) responsabilizou ontem o governo federal pela rebelião ocorrida domingo em 29 presídios do estado de São Paulo, afirmando que, quase um ano depois da apresentação do Plano Nacional de Segurança Pública, nenhuma das 15 medidas nele previstas foram implementadas. A senadora leu no plenário todos os compromissos

do governo contidos no documento e não executados, entre eles o controle de armas e o aperfeiçoamento do sistema prisional.

Segundo Heloísa Helena, existem alternativas concretas para resolver o problema e cabe ao governo pressionar sua base para que elas sejam votadas. A senadora disse que o Executivo deve eleger como prioridade a questão

da segurança pública, e lamentou que o governo só se movimenta diante da tragédia.

— Quando, há um ano, o povo assistiu estarelecido pela TV ao seqüestro de um ônibus no Rio, envolvendo duas pessoas pobres, então alardeou-se o debate. Depois esqueceu-se. Aí, de repente, uma nova rebelião impõe à elite a necessidade do debate — criticou.



Heloísa Helena diz que o governo federal só se movimenta diante da tragédia

PONTOS DO PLANO DE SEGURANÇA LIDOS POR HELOÍSA EM PLENÁRIO

O Plano Nacional de Segurança Pública está estruturado em quatro capítulos que relacionam compromissos a serem assumidos no âmbito do governo federal, dos governos estaduais, de outros poderes e da sociedade civil. Em seu discurso sobre a rebelião nos presídios paulistas, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) relacionou todos esses compromissos que, em sua opinião, não foram implementados. São eles:

1 - Combate ao narcotráfico e ao crime organizado	11 - Desarmamento e controle de armas
2 - Repressão ao roubo de cargas e melhoria da segurança nas estradas	12 - Mídia x violência: regulamentação
3 - Implantação do subsistema de inteligência de segurança pública	13 - Redução da violência urbana
4 - Ampliação do programa de proteção a testemunhas e vítimas de crime	14 - Combate à violência rural
5 - Inibição de gangues e combate à desordem social	15 - Aperfeiçoamento legislativo
6 - Eliminação de chacinas e execuções sumárias	
7 - Intensificação das ações do Programa Nacional de Direitos Humanos	
8 - Capacitação profissional e reaparelhamento das polícias	
9 - Aperfeiçoamento do sistema penitenciário	
10 - Implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública	

Jefferson pede a Jader que articule medidas urgentes com o Executivo

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) apelou ontem ao presidente do Senado, Jader Barbalho, para que se articule com o presidente da República, e, juntos, Executivo e Legislativo adotem medidas urgentes em relação à situação da segurança pública em geral e do sistema penitenciário em particular. Jader disse que aceita a sugestão, porque também tem grande preocupação com o assunto, e garantiu que vai tratar do tema com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Jefferson qualificou como “assustador” o episódio da rebelião em São Paulo.



Jefferson Péres qualificou como “assustador” o episódio da rebelião em São Paulo

— Foi uma ação planejada, articulada por um comando criminoso, o

que comprova que todo o sistema está corrompido, sem um serviço organizado de informações, com guardas que são sistematicamente subornados, em um processo de deterioração do Estado, do poder público e do sistema de segurança oficial — analisou o senador.

O senador aproveitou o pronunciamento para dizer que a eleição para a Presidência do Senado não deixou nele marca ou seqüela.

— Entendo que esta é uma Casa política e que cada senador tem a sua própria circunstância política. Saio do processo, portanto, sem qualquer arranhão na alma — disse.

Revisão do Código Penal pode ser acelerada, prevê Cabral

Poucos dias após a morte de 111 detentos na primeira grande rebelião da Casa de Detenção de São Paulo, em um episódio que ficou conhecido como o massacre de Carandiru, 43 senadores e 167 deputados assinaram requerimento de criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) para investigar o que de fato havia ocorrido no presídio no dia 2 de outubro de 1992.

Ao apresentar o requerimento, o então senador Esperidião Amin (PPB-SC) observou que o episódio havia exposto à população a “grave crise” que vivia o sistema penitenciário. Ele recordou que “um massacre de sentenciados” havia sido efetuado por forças de segurança do Estado e que as informações sobre o caso permaneceram sob sigilo por mais de 24 horas. Apesar do grande número de parlamentares que acompanharam o requerimento, a comissão não chegou a ser instalada.

Oito anos e quatro meses depois, a rebelião que atingiu 29 unidades carcerárias — inclusive a de Carandiru — nesse final de semana em São Paulo pode recolocar a questão da segurança entre as prioridades do

Legislativo. Os fatos do final de semana, previu o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), relator da proposta de reforma do Poder Judiciário, deverão acelerar a discussão sobre a revisão do Código Penal. Além disso, contribuirão para incluir na reforma mudanças na legislação processual penal.

— O Poder Legislativo sempre funciona sob pressão. Quando a opinião pública começa a pressionar os parlamentares por mudanças, aí as coisas andam — afirmou Cabral, após ter participado da sessão plenária que teve o episódio de São Paulo entre seus temas principais. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) concorda.

— Um episódio como esse ajuda a colocar o tema em evidência, mas o risco depois é cair no esquecimento — alertou.

No Plano Nacional de Segurança Pública, lançado no ano passado, o Poder Executivo reconhece que o sistema penitenciário tem vivido nos últimos anos “crescente crise”, que teria entre suas causas a falta de investimento. O texto propõe a abertura de 25 mil vagas e a construção de penitenciárias federais.